

No limite, a afirmação

Silvina Rodrigues Lopes

Nos textos de Jacques Derrida, o rigor do pensamento passa necessariamente pela interrupção do círculo, seja este o do tempo, o do simbólico ou o da hermenêutica. Daí a persistência das figuras do impossível implicadas num duplo movimento ou duplo gesto em que o dar razões, em obediência ao princípio de razão, é indissociável da disseminação que retira qualquer hipótese de unificação de um texto, qualquer sujeição decisiva a um significado transcendental, o único que permitiria restitui-lo à estabilidade de uma estrutura polissêmica. Trata-se sempre de pensar a não submissão absoluta à invenção programada, sem no entanto opor a esta a pura negatividade, ou remeter o excesso – do pensamento, da linguagem, do desejo – para um domínio do absolutamente Outro, que seria o da fé, ou o do incalculável, como simétrico do calculável. Trata-se sempre de partir, mas não de partir de uma origem ou ponto fixo, seja este a natureza, o dado ou o sujeito: «E não podemos fazer de outro modo que não seja *partir dos textos, e dos textos porquanto eles partem* (se separam deles próprios e da sua origem, de nós) *desde a partida*» (130). Na escrita – pensamento, leitura –, a *différence* que torna possível o trabalho do sujeito empenhado na produção da ciência, do conhecimento e de todo o cálculo excede-o provocando a sua desaparecimento, a afirmação do desaparecer. Não a morte ou a imortalidade mas o sobreviver, enquanto resto que resiste à fixidez (como poderíamos ler nestes versos de «Tabacaria», de Álvaro de Campos: «Talvez tenhas existido apenas, como um lagarto a quem cortam o rabo / E que é rabo para aquém do lagarto remexidamente»).

Em *Donner le temps*, a figura do dom, pensada sobretudo a partir do livro de Mauss *Essai sur le don* e do conto de Baudelaire «La fausse monnaie», surge numa relação de equivalência com todas as outras figuras do impossível através das quais uma paradoxologia assinala a finitude como aquilo que põe em perda a circularidade. É porém evidente neste livro uma busca de sistematização em que a questão do dom se associa à interrogação do conceito de disseminação, dando a pensar nas suas múltiplas implicações o movimento de

reversibilidade do possível e do impossível, sem deixar de apresentar conclusões e dúvidas. Poderemos dizer que umas e outras assinalam a demarcação quer em relação à metafísica, a qual supõe a existência de um significado ou de um significante transcendental, quer em relação a um pragmatismo que se limite à análise retórica, também num fechamento circular, sob pretexto de respeito pela historicidade.

A diferença que Mauss encontra entre a troca (troca por troca) e o dom (dádiva que visa uma restituição posterior) faz depender o dom de uma «expectativa – sem esquecimento», considerando-o deste modo como uma troca diferida. Assim, na concepção de Mauss, o dom, estando na origem da troca na medida em que «dá o tempo», acaba por se anular nela. Pelo contrário, a exigência de pensar o dom só se mantém quando se admite que a condição da sua possibilidade é condição da sua impossibilidade: «Logo que o dom aparecesse como dom, como tal, como o que ele é, no seu fenómeno, seu sentido e sua essência, comprometer-se-ia numa estrutura simbólica, sacrificial ou excessiva que anularia o dom no círculo ritual da dívida» (38). Sendo a condição do dom a de não aparecer *como tal*, a de um esquecimento radical que retira qualquer expectativa de restituição e qualquer garantia, ele dá lugar à indecidibilidade do simulacro – nem é possível reconhecê-lo nem negá-lo, e por isso é necessária uma certa confiança, aquela que se dá como «talvez», «pode ser» (*peut-être*). É a esta que se chega quando se procura um sentido unificador para a palavra «dom». A dupla sintaxe de «dom», que se verifica na partilha entre «o dom que dá qualquer coisa de determinado» e «o dom que dá não um dado mas a condição de um dado presente em geral», escapa à possibilidade de lhe assinalarmos uma demarcação ou limite. É isto que permite sustentar a noção de disseminação e admitir ao mesmo tempo que haja partilha em «duas grandes estruturas»: «O que é que distingue no princípio esta partilha da partilha transcendental a que se assemelha? Nela não percebemos a linha divisória que separa o transcendental do condicionado mas a dobra de indecidibilidade que permite inverter todos os valores: o dom da vida converte-se em dom da morte, o dom do dia em dom da noite, etc.» (76).

Nesta dobra de indecidibilidade, em que a operação do dom surge como um simulacro, o dom não é impossível mas o impossível, aquilo que é preciso pensar – pensando o dom e o perdão (*par-don*), o desejo do dom, a razão de dar e de dar razão – como condição para que o dom não se anule restringindo-se à lógica económica da troca que relega tudo o que é da ordem do afecto para o estatuto de «resíduo de não cientificidade». O pensar, distinto do conhecer, é então abertura de uma «outra co-implicação entre as possibilidades do acontecimento, do discurso (científico ou não), da invenção e do dom».

Admitir que o dom perturbe a pureza epistemológica é ao mesmo tempo admitir a anulação do dom *como tal*, duplicidade que nos remete para

a indissociabilidade do princípio de razão e da «nascença» da literatura. Com efeito, é possível ver nesta o jogo entre a necessidade de crédito (que é também de crença), que constitui a economia do dar como dar-receber e dar-devolver, e a surpresa do dom ou do acontecimento, que exige uma disponibilidade para o que não é da ordem do calculável, a confiança do «talvez». É esse jogo que permite a Derrida ler «La fausse monnaie» tanto como um ensaio sobre o dom como enquanto narrativa que encena a «nascença» da literatura. Sem se pretender acompanhar aqui uma leitura que é extremamente minuciosa, expõem-se em seguida alguns apontamentos elaborados a partir dela:

1. O acontecimento, ou dom, surge na economia do simbólico da crença ou necessidade de acreditar, como uma surpresa (*sur-prise*) ou violência, que destitui o sujeito e à qual se contrapõe a exigência de narrativa como uma espécie de possibilidade de exorcisar o imprevisível, através da distinção entre o acontecido e o narrado. Mas a ilusão de uma narrativa imperturbável é justamente aquilo que a ficção põe em causa, pois nela o acontecimento não pré-existe ao acto de escrita: o autor, que produz a narrativa, não se confunde com o narrador, aquele que procede à narração.

2. Uma concepção naturalista da literatura pretende fazer esquecer o estatuto de ficção desta em nome da representação da realidade ou do acesso a uma verdade primordial. Rasura então o facto de, numa ficção, a narração não ter destinador nem destinatário e de, por isso, por não existir na ficção uma estrutura psicológica (um querer dizer), a leitura se prender sempre a um enigma, a um segredo absolutamente indecifrável. Assim, as concepções sacralizadoras (mitificadoras) da literatura obedecem a uma lógica que, tal como Derrida assinala em relação ao ensaio de Mauss, «É a lógica da troca ou a simbólica da *restituição* – ou, igualmente, da *re-instituição* da natureza, para além da oposição natureza/cultura, *physis/nomos* ou *physis/thesis*, etc.» (90). Nelas o acontecimento é hipotecado à autoridade ou exemplaridade que é, em última instância, a da natureza através da literatura. Quanto à concepção oposta, aquela que propõe o abandono absoluto da crença, ou do crédito concedido à literatura, ela implicaria o fim de qualquer possibilidade de narrativa e por conseguinte do modo como o acontecimento se dá – a surpresa, a interrupção. As concepções que vêem na literatura o puro artifício só podem prender-se a critérios estético-formais, ignorando tanto «o prazer (que) tem sempre por causa uma surpresa», quanto a razão que procura saber para além do que é dado.

3. Quer a vontade de afirmar a sua autoridade a partir da relação com uma autoridade primeira quer a de construir um sistema de regras que forneça critérios de legitimação aplicáveis na análise formal ou na interpretação relevam de uma pretensão de possibilidade de separação rígida de um *corpus* literário e do seu exterior.

4. Uma ficção não é um dado inteiramente delimitado por um quadro do qual fazem parte o título (título de legitimidade, efeito de nome próprio, referência ao acontecimento narrado), a assinatura do autor, convenções várias. O quadro que delimita o *corpus* não é nem interior nem exterior, mas antes um não-lugar que, como acentua a leitura de «La fausse monnaie», suporta toda a acreditação necessária à leitura. Antes de qualquer hipótese auto-reflexiva, antes da retórica estabilizadora das figuras, o «como se» da ficção é abertura, não só para o incalculável mas também para a co-implicação dos discursos da teoria, do desejo ou da moral. Confundir esse crédito com um dom da natureza é atribuir à literatura uma autoridade a que nos sujeitamos. Ou seja, é limitarmo-nos a sermos sujeitos no processo de recepção e transmissão de uma herança. Toda a problemática da exemplaridade decorre de operações desse tipo. Porém, pretender renunciar à confiança sob o pretexto da recusa da crença naturalista seria pretender anular o simulacro e reconduzir a literatura à economia da cultura como consenso ou homogeneização das vozes. Daí que a reafirmação da institucionalidade da instituição literária, a qual «não pode consistir senão em fazer-se passar por natural», dê conta, em cada momento, da «nascença» da literatura, ou da ficção. Por isso, o «efeito de crença» da literatura, o seu dar-se como simulacro, faz aparecer o aleatório como possibilidade do logro, o que implica a indissociabilidade das questões de dom e de razão: «Questão de razão, o logro é também questão de dom, de desculpa, de perdão ou de não-perdão para um não-dom, ou melhor, para um dom sempre improvável» (126).

5. A cena de «nascença» da literatura dá a pensar o facto de a necessidade de dar razões não se limitar à razão teórica ou especulativa, não havendo por isso qualquer possibilidade de se determinar cientificamente um cânone, mas sendo necessário continuar a questioná-lo rigorosamente. Ou ainda, não havendo possibilidade de definir critérios, há por isso mesmo uma função, uma exigência da crítica – a de continuar a partir dos textos, para pensar o que neles resistirá sempre ao conhecimento.

1 Jacques Derrida, *Donner le temps*, 1 – *La fausse monnaie*, Paris, Galilée, 1991, é o único livro citado neste ensaio.